



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades.
Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

MULHERES NEGRAS, RACISMO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIAS

DAIANE DAINE DE OLIVEIRA GOMES¹
ELANE MENDONÇA CONDE CARNEIRO²
MARIA ZELMA DE ARAUJO MADEIRA³

Resumo: Este estudo objetiva dar visibilidade a realidade social vivenciada por mulheres negras no processo sociohistórico brasileiro considerando a articulação entre o racismo estrutural, o sexismo e o capitalismo. Destacamos o que sofreu ruptura e o que se repõe em uma sociedade de passado escravista e ranço patriarcal. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental analisamos dados sobre violência e violações de direitos contra as mulheres negras demonstrando a funcionalidade dessas opressões e exploração para a reprodução do capitalismo. Contudo, são múltiplas as resistências exercidas pelas mulheres negras na cena contemporânea que nos permitem vislumbrar mudanças sociais concretas.

Palavras-chave: Mulheres negras; Racismo estrutural; Resistências.

Abstract: This study aims to give visibility to the social reality experienced by black women in the Brazilian socio-historical process, considering the articulation between structural racism, sexism and capitalism. We highlight what suffered a rupture and what restores itself, in a society of slave and patriarchal rancid past. Through bibliographic and documentary research we analyze data on violence and violations of rights against black women, demonstrating the functionality of these oppressions and exploitation for the reproduction of capitalism. However, there are multiple resistances exerted by black women in the contemporary scene that allow us to envisage concrete social changes.

Keywords: Black women; Racism; Resisters.

INTRODUÇÃO

Ao estudar as mulheres negras é importante considerar que se trata de um contingente invisibilizado e cercado de estereótipos em todas as regiões do mundo. Sua inferiorização se desenvolve a partir de um contexto onde assumem

¹ Profissional de Serviço Social. Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial. Email: <daianedaine@hotmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

³ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará.

relevância características como cor da pele e sexo, que vão fundamentar sistemas de hierarquização social denominados racismo e sexismo.

O racismo e o sexismo são elementos que fazem parte do próprio modo com que historicamente se estruturam as relações sociais no Brasil. Não é possível entender a organização da sociedade brasileira em seus aspectos políticos, econômicos e até mesmo jurídicos, sem a análise da questão racial e de gênero. Não se trata de uma forma de preconceito que ocorre apenas no âmbito interpessoal, trata-se de uma questão estrutural pautada em hierarquizações definidas a partir de aspectos como sexo, cor da pele, textura do cabelo, etc.

Nas páginas que seguem traçamos alguns elementos das relações étnico-raciais forjadas no decorrer do processo sócio-histórico brasileiro e introduzimos aspectos que deram base à construção dos estereótipos em torno da imagem da mulher negra no país. Buscamos também possibilitar melhor compreensão da funcionalidade do racismo e sexismo para a edificação de um projeto de nação fundamentado na exploração e discriminação que se traduzem em desvantagens e desigualdades sociais, destacando a realidade vivida pelas mulheres negras. Também consideramos salutar elucidar as múltiplas formas de resistências expressas pelas mulheres negras em sua luta cotidiana pelo bem viver.

Os dados apresentados neste estudo são resultado de pesquisa bibliográfica e documental. As trajetórias individuais de muitas mulheres negras revelam experiências permeadas por violações de direitos, violências e obstáculos no processo de desenvolvimento identitário individual e coletivo.

I. UM CONTEXTO COMUM A TODAS: O SERVILISMO E A OBJETIFICAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS DURANTE A ESCRAVIDÃO

A subordinação e inferiorização das mulheres negras no país, dentro de suas diferenças e semelhanças à situação das mulheres brancas, pode ser

compreendida por meio de análise do processo histórico e configuração das relações sociais. Nesse contexto, é possível observar de que forma características biológicas como aspectos fenotípicos e sexo irão embasar no cerne de nossa sociedade sistemas de hierarquização social tais quais o racismo e o sexismo.

Por quase quatro séculos, de 1500 a 1822, o Brasil foi colônia portuguesa, período em que os colonos se utilizaram da dominação e exploração para usufruir de mão-de-obra compulsória de indígenas e africanos. Foram aproximadamente 3,6 milhões de africanos/as trazidos/as ao dito “Novo Mundo” para trabalhar na construção de estradas, levantando cidades, cuidando de plantações, sem remuneração e em condições de vida degradantes. As mulheres, assim como os homens vindos de África, também eram trazidas em péssima situação, sujeitas à fome e doenças.

A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornava-se natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania. Além disso, o trabalho limitou-se exclusivamente aos escravos, e a violência se disseminou nessa sociedade das desigualdades e da posse de um homem por outro. (SCHWARCZ, 2012, p. 37)

Com o encontro dessas diferentes culturas e modos de vida, diversas organizações familiares passaram a coexistir nesse território, contudo, a formação que organizaria as estruturas de dominação das relações sociais de forma geral, era caracterizada como patriarcal. A família nesse sistema não se restringia a formação pai, mãe e filhos, abrangia também demais parentes, dependentes, afilhados, concubinas, escravizados, todos regidos pelo patriarca, o homem branco, senhor de engenho, a autoridade nessa estrutura.

Como cita Pinto (2010, p. 225), nesse período “o papel da mulher branca na família das classes dominantes é o da procriadora legal, restrita à vida do lar”. Quanto a essa realidade os registros históricos revelam a luta das mulheres brancas contra às injustiças sofridas por elas e por outros, o que não

evitou que por séculos vivenciassem a restrição de sua participação no espaço público, na política, sendo submetidas à dominação dos pais e maridos, assim como à situações diversas de violência. Quanto a essas questões só pudemos sentir mudanças basilares a partir da atuação dos Movimentos Feministas no decorrer dos anos.

Apesar da opressão sofrida pelas mulheres brancas vindas para o Brasil no período colonial é importante frisar:

A saber, a mulher branca, que não tinha quase ou nenhuma autoridade nesse sistema social e, em específico, diante do homem branco (pai ou marido), exercia como função administrativa no lar, o controle dos escravos, reproduzindo assim o poder masculino. (PINTO, 2010, p. 226)

As mulheres brancas não estavam isentas de exercer o racismo sob negros e negras, e sob a mulher negra recaía múltiplas e complexas discriminações. Enquanto as mulheres brancas lutavam para desconstruir a ideia de que eram seres frágeis, lutavam para ter o direito de trabalhar, decidir sobre seus corpos e suas vidas; as mulheres negras já estavam nas ruas trabalhando como quituteiras, prostitutas, lavadeiras, lutando para sobreviver e manter sua família.

Del Priore (2013) elucida que as mulheres negras no período colonial eram degradadas e desejadas ao mesmo tempo, a misoginia da sociedade colonial às classificava como “fáceis”, portanto, alvos naturais de investidas sexuais dos senhores de engenho, nas palavras da autora “o ditado popular parecia se confirmar: ‘Branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar’” (DEL PRIORE, 2013, p. 36). Assim, sua identidade foi sendo edificada como um objeto, que deveria se submeter às sinhazinhas servindo em suas casas e cuidando de seus filhos e aos senhores de engenho para sua satisfação sexual, ao mesmo tempo sendo suas famílias fragmentadas e cultura desrespeitada e marginalizada.

Mas estas mulheres não viveram sem resistir, desde os navios negreiros elas

Elaboraram formas de enfrentamentos, contrariando a ideia de que aceitavam a dominação com passividade. Uma das bases de poder verifica-se na luta pela manutenção da família negra. Agiam na proteção da integridade física e psicológica de seus filhos e companheiros, assim como de toda a comunidade da qual faziam parte. Na tentativa de impedir que filhos e esposos fossem vendidos separadamente, recusavam-se a trabalhar e ameaçavam os senhores com os suicídios e infanticídio. Fazendeiros temiam especialmente envenenamentos que poderiam ser praticados por mucamas. Num mundo cercado de opressão, construíram ambientes de autoestima e se tornavam decisivas, por exemplo, para possibilitar fugas ou obter informações a respeito de vendas e transferências indesejáveis (PAIXÃO; GOMES, p. 951, 2008).

Para Paixão e Gomes (2008) a mulher no interior das senzalas exercia um papel fundamental de reconstrução e recriação permanente dos aspectos culturais de suas raízes, por meio da transmissão oral de suas crenças e valores elas eram capazes de elaborar formas de manutenção da família, por meio das músicas e da linguagem ensinavam sua história e mantinham viva na memória dos seus descendentes sua ancestralidade.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, que ocorreu em 1888, por meio da lei Áurea, esta se resumia a dois artigos: “Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil; Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário”. Anteriormente outras leis abolicionistas já haviam sido sancionadas: *Ventre livre* (1871)⁴, *Sexagenário* (1885)⁵. E nenhuma destas leis previa condições

4 LEI Nº 2040 de 28.09.1871 - LEI DO VENTRE LIVRE “A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. [...]”. Também conhecida como “Lei Rio Branco” esta lei abolicionista considerava livre todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data da mesma, contudo, seus pais continuavam escravizados o que não deixava muitas possibilidades para as crianças.

5 LEI Nº 3.270 de 28 de setembro de 1885 - LEI DOS SEXAGENÁRIOS. Também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe. Estabelecia que todos os escravizados com mais de 60 anos de idade se tornariam livres a partir da data da mesma, mas devido às precárias condições de vida poucos escravizados sobreviviam a idade superior a 60 anos, era uma lei que beneficiava mais os proprietários que podiam se desfazer dos escravizados idosos pouco produtivos.

de trabalho, alimentação, educação, moradia para aqueles que foram subjugados a condições degradantes de vida por quase quatro séculos.

Escravos e libertos eram transformados em 'negros' e 'pretos' numa perspectiva racial de classificação estigmatizantes das novas hierarquias sociais do século XX. A abolição não foi acompanhada de políticas públicas que garantissem terras, educação e direitos civis plenos aos descendentes de escravos libertos. Pelo contrário, políticas públicas urbanas e higienistas refundaram as diferenças sob novas bases sociais e étnicas. (PAIXÃO; GOMES, 2010, p. 47)

Não havia preocupação com o que seria de negros e negras após decretada sua “liberdade”, mas existiu grande atenção em apagar, ou ao menos suavizar, na memória e na história, a escravidão do passado brasileiro. “Por um lado, era preciso fazer vistas grossas às promessas, não cumpridas, de indenização pelos escravos libertos feitas aos fazendeiros. Por outro, era necessário colocar panos quentes nas expectativas de acesso à terra nutridas pelos libertos” (PAIXÃO; GOMES, 2010, p. 51). O esforço era também para construir uma memória seletiva do processo de emancipação, deixando de lado as batalhas pela abolição travadas por escravizados e romantizando a Lei Áurea, como se fosse uma dádiva concedida pela princesa Isabel na tentativa de enfraquecer as consequências reparatórias pós-abolição.

No período escravocrata a presença da mulher negra na casa das elites brancas era aceita com “normalidade”, elas estavam nos espaços rurais, urbanos e também nos domésticos trabalhando para o senhores de engenho e sinhazinhas, eram vistas e tratadas como mercadorias, por isso eram sinônimo de status. Contudo, na segunda metade do século XIX, essa condição passa a ser vista como desonra, descredito perante a elite dominante, pois médicos, juristas, padres afirmavam que as mulheres negras não eram honestas, nem honradas. (PINTO, 2010, p. 229)

Saíram da escravidão com a imagem de mulheres desonestas, de corpos violáveis, mas, ainda assim, responsabilizadas por o cuidado com os filhos das/os outras/os, não dos seus. A mãe preta, a ama de leite que deveria

permanecer escondida nas cozinhas. A lei Áurea não revogou os estigmas desenhados na cor e no sexo das mulheres negras. Entrelaçados de forma indissociável em uma complexa trama estão seus pertencimentos de raça⁶, gênero e classe. Tais elementos mediam em diferentes espaços de socialização, a vivência, em maior ou menor medida, de violências físicas e simbólicas que afetam sua construção identitária no que se refere às percepções de si e de seu lugar na sociedade.

Deste modo, as mulheres negras foram designadas ao lugar social do servilismo, considerado um atributo natural, mascarando sua real função social a exploração de sua mão de obra nas grandes fazendas latifundiárias, que forneceram as bases para a acumulação de capital e o desenvolvimento do sistema capitalista. O pós-abolição reservou às mulheres negras ainda outras nuances que apresentaremos no tópico a seguir.

II. ALÉM DA ESCRAVIDÃO: O IDEAL DO EMBRANQUECIMENTO E A ASCENSÃO DA MULATA

As teorias raciais ganharam espaço no país somente com a proximidade da abolição da escravidão, momento em que a questão das raças assume centralidade nos debates. A teoria do darwinismo racial delimitava, a partir de características externas e fenotípicas, elementos essenciais definidores de moralidade e capacidade de desenvolvimento dos sujeitos. Os modelos darwinistas raciais foram assim utilizados para julgar povos e culturas. Tal

⁶ Schwarcz (1998, p. 183-184) assinala que “raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades”. Mesmo após ser invalidada enquanto categoria biológica, o significado histórico e as consequências para as relações sociais não foram desconstruídos. Por este motivo, ainda é a raça empregada tanto no uso popular como em trabalhos e estudos das ciências sociais, embora sendo reconhecida a sua inexistência científica. O uso deste conceito ocorre para tratar a realidade social e política, pois se refere a uma categoria histórica e social de exclusão e dominação, que abriu o caminho para o surgimento do racismo (ou racialismo).

fundamento serviu para justificar e naturalizar as desigualdades, características como tamanho do crânio ou formato do nariz demarcavam diferenças entre os grupos, e dessa forma, foi possível que a promessa de igualdade jurídica, vinda com a República em 1889, caísse por terra já que fora “comprovado cientificamente” a desigualdade e hierarquização biológica dos grupos diferentes da humanidade.

Depois de uma ‘era de libertações’, da promessa do fim de todas as formas de cativeiro, o final do século XIX trazia agora o ‘embaraço da exclusão’ e o retorno, em bases renovadas (porque biológicas), de novos modelos de diferenciação social. Se a igualdade jurídica prometia o final das cisões, essas novas teorias traziam divisões ainda maiores e mais fortes, pois pautadas na natureza. (SCWHARCZ, 2012, p. 38)

Andrews (2007), em seu livro *América Afro-Latina*, chama esse momento de “A guerra à Negritude”, uma vez que acreditavam no determinismo racial, foi feita a ligação causal direta entre as trajetórias históricas individuais e coletivas e a ascendência racial como algo determinante. “Não se podia questionar os achados da ciência europeia, sobretudo quando esses achados estavam de acordo com a própria crença inabalável das elites latino-americanas, derivadas de 300 anos de escravidão colonial e do Regime de castas (...)” (ANDREWS, 2007, p. 152).

A pergunta nesse momento, então, torna-se: como transformar essa sociedade racialmente diversa e com grande número de não-brancos em uma nação “civilizada”, branca, pura? Para dar resposta a essa pergunta os intelectuais brasileiros fizeram uma releitura das teorias raciais, ao passo em que aceitavam a noção de que as raças eram determinantes na essência e capacidades dos sujeitos e povos, foi ignorada a formulação de que a mestiçagem levaria a degenerescência. Assim, quando a presença de negros/as no país é percebida como um entrave para o seu progresso, se torna um obstáculo que deve ser superado. Para isso, o Brasil apostou em uma miscigenação “positiva”, pois levaria ao embranquecimento da nação.

As estratégias seriam duas: abertura dos portos para entrada maciça de imigrantes europeus – o que resolveria problemas com a mão de obra, uma vez que os senhores de engenho não queriam pagar pelo serviço daqueles que outrora lhes serviam compulsoriamente, e também tornaria o país mais claro. E incentivo à miscigenação com a intenção de clarear a nação. Aqueles que se aproximassem dos traços arianos seriam melhor considerados socialmente, quanto mais claro, quanto mais afilados os traços, menores as chances de ser considerado inferior, de ser excluído/a. Estas formulações influenciaram fortemente na construção do imaginário social no que viria a ser belo, agradável, confiável, inteligente, seriam todos aqueles e aquelas que tivessem aspectos fenotípicos que se aproximassem das características do branco europeu, e as mulheres negras não ficariam livres dessa influência.

Quanto mais branco melhor, quanto mais claro mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor, mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada. Nesse contexto em que o conflito passa para o terreno do não dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário, ele se modifica, nos anos 1930, em matéria para exaltação. (SCHWARCZ, 2012, p. 44)

A Grande Depressão na década de 1930 pôs um freio à exportação e também à tentativa de branquear as nações da América Latina, dentre estas o Brasil. Nesse período ficou evidente que a migração europeia não seria a resposta para seus problemas, muito menos o país havia “clareado” conforme o esperado. O discurso racista passa a desaparecer e surge em seu lugar um discurso que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil, afirma a unidade do povo brasileiro como resultante da interação entre raças diferentes, que por sua convivência harmônica permitiu ao país escapar dos problemas raciais existentes em outros países, possibilitou a “democracia racial”.

Com a revolução de 1930 e as políticas de Getúlio Vargas, o país se voltava para uma forte ideologia desenvolvimentista, conjugada ao nacionalismo, que valorizava o território e ‘seu povo’. O momento se caracteriza por um rechaço às políticas culturais e/ou econômicas de absorção do estrangeiro. No entanto, o “povo” brasileiro não estava

configurado como tal, se mostrando muito heterogêneo. Começa assim a busca pela construção de nossa identidade: afinal, o que temos todos em comum? O que nos une como nação? (MAYER, 2010, p. 252)

Para preencher uma autêntica identidade foram estabelecidos elementos positivos culturais para o país, dentre estes: o samba, a capoeira, o arroz, o feijão e outros. Todos com raízes na cultura negra africana foram esvaziados de suas origens e foram definidos e ressignificados como manifestações genuinamente brasileiras. A ideia de democracia racial seguiu deslegitimando a hierarquia racial e mascarando desigualdades e discriminações, em sentido diferente do ideal da miscigenação com o objetivo de branqueamento das primeiras décadas pós-abolição, a miscigenação agora é símbolo nacional muito útil para esconder as desigualdades raciais, retirando a questão do debate público nacional, mas sem impedir que os estereótipos e preconceitos continuassem atuantes, limitando o lugar social de negros e negras e influenciando no acesso às oportunidades.

Um marco dessa mudança de perspectiva é a publicação de Casa Grande & Senzala de Gilberto Freire, com primeira edição em 1933, a obra retoma a temática e a experiência da convivência entre as “três raças”, o autor abordou a vida privada das elites nordestinas e a transformou em exemplo para pensar em identidade da nação, “era assim que o cruzamento das raças passava a singularizar a nação, nesse processo que leva à miscigenação a parecer sinônimo de tolerância, e hábitos sexuais da intimidade a se transformarem em modelos de sociabilidade” (SCHWARCZ, 2012, p. 49). Mesmo com os relatos violentos, Gilberto Freyre apontava uma convivência harmoniosa entre indígenas, negros/as e a elite branca. Justificava a escravização como “ossos do ofício” da colonização, e por meio dessa origem, dessa formação, construímos identidade cultural singular para o Brasil.

Freyre mantinha intocados em sua obra, porém os conceitos de superioridade e inferioridade, assim como não deixava de descrever e por vezes glamourizar a violência e o sadismo presentes durante o

período escravista. Senhores severos, mas paternais, ao lado de escravos fiéis, pareciam simbolizar uma espécie de boa 'escravidão', que mais servia para se contrapor à realidade norte-americana. Nesse momento, os Estados Unidos pareciam exemplificar a existência de uma escravidão com criadouros de cativos e leis segregadoras. Já o Brasil construía sua própria imagem manipulando a noção de "um mal necessário": a escravidão teria sido por aqui mais positiva do que negativa. (SCHWARCZ, 2012, p. 51)

Esses apontamentos nos permitem compreender a construção da mulata⁷ como símbolo nacional dentro desse período histórico. Nos escritos de Casa Grande & Senzala o próprio Gilberto Freire a coloca como personagem que simboliza a sexualidade exacerbada e traz à tona a função da mulata pelo olhar do colonizador: um entretenimento sexual. Conforme Mayer (2010, p. 261), "dessa forma, a figura da mulata torna-se símbolo da beleza sexualizada do país. Seu estereótipo na literatura brasileira – boca carnuda, cintura fina, seios fartos, quadril avantajado" é o fio condutor no imaginário social da mulata como dotada somente de qualidades físicas para o sexo, mas não para um relacionamento afetivo que implique em respeito e compromisso ou para ocupar uma posição social elevada, logo a imagem que prevaleceu foi a da facilidade e disponibilidade da mesma para relações puramente sexuais.

Defendo aqui a hipótese de que, na sociedade colonial, o fator de construção da mulata foi a junção da falta de mulheres brancas com a discriminação às mulheres negras. Era necessário um novo elemento, que não se comprometesse com as categorias negativas que carregavam as escravas. Criou-se assim, uma mulher aparentemente livre da discriminação racial, que trazia consigo apenas características sexuais, ganhando um novo papel social em relação às negras exploradas. (...) A mulata representa, portanto, a negação da negra. Sua construção surge do próprio racismo e do machismo incrustados nas relações sociais brasileiras. (MAYER, 2010, p. 262)

A mulata é ainda inspiração para vários tipos de visões estereotipadas e carnavalizadas de uma sexualidade exagerada. Com um referencial diferente,

7 Termo de origem espanhola advindo de "mulo" – um animal híbrido do cruzamento do cavalo com jumenta. Desse uso genérico, o nome passou a conceito e foi associado aos filhos mestiços das escravas que coabitavam com seus senhores brancos e deles tiveram filhos.

sua representação se liga a mestiçagem, sobre a qual recai o estereótipo da sexualidade. Já a mulher negra estaria restrita à servidão..

Retomando as resistências, é necessário destacar que “após a abolição elas se transformaram no sustentáculo das famílias negras. Isto porque os homens negros não conseguiam competir no campo profissional com os imigrantes e não tinham condições de sustentar a família” (Silva, 1992, 11). Nessa condição aprenderam a lidar com a rua, com o espaço público e nesse espaço superaram os processos de individualização formando redes de apoio e resistência

as mulheres negras que desenvolviam atividades profissionais como lavadeiras, quituteiras, doceiras teriam superado esse processo de individualização. Esta experiência individual e fragmentada teria sido interrompida no momento em que essas mulheres formaram organizações culturais, ligadas na maioria das vezes à religião e ao samba. Essas associações de mulheres negras tinham função de coesão, de proteção coletiva e ocupavam o espaço público, representando uma proteção contra os perigos que a rua, mas também as autoridades públicas pudessem oferecer. Nessa perspectiva, as mulheres negras se tornaram guardiãs e transmissoras das tradições religiosas e culturais afro-brasileiras. Por outro lado, elas se encontraram alocadas, especialmente, em atividades profissionais manuais e servis. (CARDOSO, 2012, p. 37)

Foram estas resistências plurais que possibilitaram a organização e ampliação da luta contra a discriminação racial e de gênero no país proporcionando o desmascaramento da falsa ideia de harmonia racial, como destacaremos no tópico a seguir.

III. A CENA CONTEMPORÂNEA: DESCONSTRUÇÃO DO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E AS DESIGUALDADES PERSISTENTES

O mito construído de uma harmonia racial exclusiva ganhou visibilidade para além das fronteiras, e em 1951, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO aprovou um projeto de pesquisa a ser

realizado no país. O objetivo era usar o Brasil como propaganda, como exemplo de neutralidade nas relações raciais, para inspirar outros países. Para isso foram chamados especialistas para desenvolver esse trabalho, dentre estes: Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, Costa Pinto, Thales de Azevedo.

Contudo, os resultados da pesquisa contradisseram sua hipótese inicial, ao invés de ratificar a democracia racial aqui existente, os pesquisadores observaram uma forma de racismo particular, ao invés de harmonia, preconceito, a discriminação foi encontrada no âmbito privado, mas o fato de não haver conflitos abertos, divulgados, não significava sua inexistência. Aqui além do preconceito racial, foi identificado o preconceito de ter preconceito, pois mesmo os brasileiros condenando tal atitude permaneciam discriminando.

Por meio de análises diversas, a especificidade do preconceito no Brasil fica evidenciada nesse caráter privado e pouco formalizado. O resultado é a confusão da miscigenação com a ausência de estratificação, além da construção de uma idealização voltada para o branqueamento. Chegamos, de tal modo não só ao “quanto mais branco melhor” como à já tradicional figura do “negro de alma branca”; branca na sua interioridade, essa figura representou, sobretudo até os anos 1970, o protótipo do negro leal, devotado ao senhor e sua família, assim como a própria ordem social. (SHCWARCZ, 2012, p. 71)

Esse estudo da Unesco foi o pontapé para desmascarar o Mito da Democracia Racial brasileiro, constituiu-se num importante marco do estudo sobre relações raciais no país. Contudo, o ideal da democracia racial perdurou até os anos 1980, apesar de já antes desse período surgirem questionamentos sobre a situação, na década de 1980 diversos protestos levam a questão racial ao centro, mas com novo destaque, feito realizado pelos movimentos sociais principalmente o Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras.

A resistência cultural negra se concretizou sob diversos caminhos, um dos destaques, era a imprensa negra que denunciava segregações e discriminações. Desde o início do século XX surgiram alguns jornais escritos por negros com o claro intento de noticiar e discutir problemas vivenciados pela população negra. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006). A ditadura militar

suprimiu as articulações políticas e intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, o que impôs obstáculos aos movimentos sociais da época, dentre estes o Movimento Negro que se reorganizou em fins dos anos 1970, quando o país retomava gradativamente o regime democrático, junto a outros movimentos populares.

Um marco desse processo, segundo Domingues (2008), foi a criação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) em 1978, tempos depois o MUCDR passaria a ser o Movimento Negro Unificado (MNU), organização relevante que levantou a bandeira em defesa dos direitos dos afro-brasileiros. Também estudiosos e pesquisadores passaram a se dedicar mais às questões raciais, discutindo sobre as desigualdades e a mobilidade social. A década de 1980 foi decisiva por seus avanços, resultando na promulgação de uma nova Constituição em 1988⁸(JACCOUD, 2008).

O Movimento de Mulheres Brasileiro e o Movimento Negro atingiram grandes conquistas, expressas em importantes contribuições no processo de democratização do Estado com mudanças e inovações no âmbito das políticas públicas, voltados para o desenho de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra às mulheres. (CARNEIRO, 2003).

Junto a estes movimentos cresce o Movimento de Mulheres Negras, com o papel fundamental de evidenciar o racismo na sociedade brasileira sobre o prisma de sua relação com a discriminação de gênero. As mulheres negras inseridas no Movimento Negro, percebiam o pouco espaço para pautar o racismo sob a perspectiva de gênero, bem como a pouca representatividade dentro do movimento em posições de liderança, gerando em muitas um sentimento de exclusão. Do mesmo modo, no Movimento de Mulheres, identificavam divergências raciais e observavam que suas particularidades, enquanto mulheres negras, eram invisibilizadas, negando a relevância da raça e etnia para a

8 A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XLII, estabeleceu o racismo como crime inafiançável e imprescritível.

compreensão das opressões que incidiam sobre as mulheres. Conforme Carneiro (2003p. 118) “em conformidade com outros movimentos progressistas, o feminismo esteve também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.” Em 1979, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres, e neste Lélia Gonzáles já apontava a divisão racial existente no Movimento de Mulheres, na qual as mulheres brancas relutavam em reconhecer seu lugar de privilégio em relação às negras e o racismo como problema.

A crescente dificuldade de ter suas necessidades e interesses reconhecidos por ativistas do movimento de mulheres e do movimento negro levou as mulheres negras a formarem grupos no início dos anos 1980. Uma das primeiras organizações de mulheres negras, foi fundada no Rio de Janeiro em 1983. O coletivo das mulheres negras em São Paulo foi organizado no início de 1984 em resposta à exclusão das mulheres negras do então Conselho Estadual de Condição Feminina, que havia sido recém-formado naquela época. (CALDWELL, 2007, p. 57)

Por meio das organizações que foram criando, as mulheres negras buscaram articular gênero, raça e classe social para compreensão e denúncia das opressões, de modo que se pudesse combatê-las nos níveis micro e macro. O clássico texto de Sueli Carneiro chama essa ação de “enegrecer o feminismo”, designando a trajetória das mulheres negras de forma autônoma.

Essas avaliações promoveram e continuam a promover o envolvimento de mulheres negras na busca por assegurar sua agenda específica no plano nacional e internacional, diante da “consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 120), e o mesmo pode ser dito sobre a solidariedade de gênero intragrupo racial.

Apesar de todos os avanços muito ainda precisa ser alterado, as mulheres negras permanecem na base da pirâmide social e demandam transformações sociais que garantam a igualdade concreta no acesso a direitos, nas oportunidades. Conforme dados do IBGE a população negra (que se

afirmaram pretos e pardos) corresponde a 55% da população. No entanto, em relação aos rendimentos desse grupo, à escolaridade e às classes sociais, estão em desvantagem, principalmente as mulheres negras, quando comparadas às pessoas brancas, no topo dos indicadores. Com relação a renda percapta mensal, em 2015:

a diferença entre o grupo com maior renda (homens brancos) e o de menor renda (mulheres não brancas) é em torno de quinhentos a setecentos reais. Essas diferenças se mantêm ao longo dos anos. Agregamos pardos e pretos em virtude da semelhança dos dados de cada grupo. Para se ter uma ideia da proximidade entre os dois grupos, em 2015, enquanto homens brancos recebiam em média 1.564 reais e mulheres brancas 1.496 reais, homens pardos recebiam 887 reais, homens pretos 892 reais, mulheres pardas 808 reais e mulheres pretas 795 reais. (GEMMA, 2017, p. 18)

No quesito autonomia econômica, de acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2015), além da renda mensal das mulheres negras ser mais baixa, como já apontado, são a maioria nas taxas de desemprego. Em 2012, a taxa de atividade das mulheres de 16 a 59 anos era de 64,2%, bastante inferior à dos homens (86,2%). As menores taxas foram verificadas entre mulheres negras (62,2%) e as maiores entre homens brancos (86,5%). Nos últimos anos, houve uma significativa redução do desemprego, mas ainda permanecem as desigualdades por sexo, por região e por idade da taxa de desocupação: a taxa verificada entre as mulheres era quase 80% superior à masculina. A proporção de mulheres em trabalhos formais era pouco inferior à de homens; entretanto, havia significativas diferenças de acordo com a raça ou cor: somente 48,4% das mulheres negras estavam em trabalhos formais, frente a 64,6% dos homens brancos.

Cabe ainda observarmos a segmentação racial e de gênero no mercado de trabalho, no que diz respeito ao trabalho doméstico, conforme a PNAD, em 2012, 63% das trabalhadoras domésticas eram mulheres negras. Demonstrando a destinação maior de sua mão de obra aos trabalhos ligados ao servilismo.

A violência letal também chama atenção na realidade das mulheres negras. O Atlas da Violência (2018) revela que em 10 anos a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto para as mulheres não negras diminuiu 8%. O abismo social denunciado a partir de todos esses números tem gerado intensas manifestações das mulheres negras em suas múltiplas formas de resistir, em 2015, por exemplo, ocorreu a “Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e pelo Bem Viver”. Nesta marcha foi denunciada a ação sistemática do racismo e do sexismo que as atinge diariamente, com a manutenção de uma rede de privilégios e de vantagens que as expropriadem de oportunidades de condição e plena participação da vida social.

CONCLUSÃO

O patriarcado e o racismo construíram um lugar diferenciado de inferioridade para as mulheres negras, estas ainda têm muito a trilhar para serem vistas como sujeitos plenos. Tornam-se imperativas mudanças profundas nas relações econômicas, sociais e políticas rumo a um novo pacto civilizatório, em que essas mulheres consigam reconhecimento, trabalho digno e acesso a espaços de poder.

A atuação política das mulheres negras, e os avanços dos demais movimentos sociais na articulação dessas duas pautas tem sido primordial para proporcionar avanços – ainda que esses tenham sido insuficientes para reduzir significativamente o abismo social que separa as mulheres negras dos demais segmentos da população – já se pode observar maior visibilidade do debate, desconstrução de estereótipos que circundam o “ser mulher negra” e crescimento econômico social de uma parcela dessas mulheres.

Contudo, a intersecção de gênero, classe e raça/etnia continuam a definir lugares sociais subalternizados a estas. Após passar por ressignificações e reedições, racismo e patriarcado permanecem agindo com fortes ranços do

passado. As diferenças econômicas e sociais permanecem gritantes. Essas diferenças, reproduzidas por gerações e gerações, não ocorrem apenas pela transmissão intergeracional da pobreza, mas também pela persistência da discriminação racial e de gênero. Fica a todos o desafio de compreender esta intersecção, suas consequências e agir buscando combater as desigualdades e discriminações, traçando um caminho efetivo para contribuir para a construção de uma sociedade verdadeiramente justa e democrática seguindo as direções dadas pelas mulheres negras em passos que vêm de longe.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina: 1800-2000**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impr.. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p.

CALDWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 1, p. 53- 69, 2º sem. 2007. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/16>. Acesso em: 12 Jan. 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Bahia: Salvador, 2012.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos** (pp. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora. 2003.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da Violência 2018**. Fórum Brasileira de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2018.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

GEMAA. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMMA). Relatório das desigualdades de raça, gênero e classe. Ano 2017, n. 1. Disponível em: <http://gemma.iesp.uerj.br/relatorios/relatorio-das-desigualdades-gemaa-no-1/> Acesso em: 07 de jul de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2012.

JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

MAYER, A. R. A Categoria “Mulata” e a negação de sua própria libertação como negra e como mulher. **Mosaico Social-Revista do Curso de Ciências Sociais da UFSC**. Ano V, n. 05, p. 250-267, 2010. Disponível em: <http://cienciassociais.ufsc.br/files/2015/03/A-categoria-8mulata%E2%80%99-e-a-nega%A3o-de-sua-3pria-liberta-como-negra-e-como-mulher.-eyer-Ana-Rita.-Online-250-267.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, p. 949-964, setembro-dezembro, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24327811>. Acesso em: 05 jun. 2015.

PAIXÃO, Marcelo. GOMES, Flávio. Razões afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. **Racismos: olhares plurais**. (Orgs.). Salvador: EDUFBA, 2010. p. 45-92.

PINTO, Elisabete Aparecida. Sexualidade, gênero e cor em outros tempos. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza. GOMBERG, Estélio. (Orgs.). **Racismos: olhares plurais**. Salvador: EDUFBA, p. 223-252, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.